

pre em aumento. Só não é exato dizer que somos exportadores de capital porque o que exportamos não é renda que nos propicia juros, mas tributo colonial, que deixa de ser investido aqui, forçando o atraso.

Sras. e Srs. Deputados, reparem que nas últimas palavras desse texto o Senador Darcy Ribeiro sabiamente afirma que não somos exportadores de capital justamente porque o que exportamos não é renda, mas tributo colonial, que deixa de ser investido aqui. E o preço que o País paga com isso é este estado de dicotomia, em que a crise aguda massacrava toda a população trabalhadora.

É sabido que não é apenas o Brasil que tem dívida. Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma dívida pública perto de 5,6 bilhões de dólares.

Conforme recente artigo do eminente economista e amigo Roberto Campos:

... a origem da dívida dos estados americanos, no entanto, foi bem diferente da dos nossos: foi para investimentos, e não para pagamento de pessoal. E eles nunca tiveram marajás nas suas folhas, como os que adornam as dos primos mais pobres do Hemisfério Sul.

Esta é a diferença entre a dívida brasileira e a dos países desenvolvidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é necessário que o Governo Federal implemente fórmulas concretas – e as ponha em prática – para a erradicação desta crise instalada sobre o Brasil. Ainda há tempo para deixarmos de ser provincianos. Se o Governo iniciar desde já um trabalho voltado para este fim, sofreremos por mais algum tempo, mas, como diz um comercial veiculado em rádios e televisões: "se você tem mais de 40 anos, já passou por oito crises e não morreu..." Certamente passaremos por mais uma e sobreviveremos.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que venho hoje a esta tribuna para falar sobre os 25 anos de inauguração da Ponte Rio-Niterói

Naquela ocasião, o Rio de Janeiro conquistou uma de suas mais importantes obras: a construção da Ponte Rio-Niterói. Com 14 quilômetros de extensão, a ponte facilitou não só o acesso entre as duas cidades, mas beneficiou também moradores de outros Municípios fluminenses, que tiveram o tempo de viagem encurtado até a capital.

Antes da construção da ponte, o deslocamento até a capital era feito através de barcas ou por uma única estrada de acesso, o que demandava gasto de tempo e transtornos.

Após anos sem nenhum investimento, a ponte foi privatizada e, a partir daí, têm sido buscadas alternativas para resolver os problemas que surgiram ao longo do tempo, proporcionando mais conforto e agilidade para a população fluminense.

O Ministério dos Transportes, através do DNER, atendendo Indicação Legislativa proposta por mim, no ano passado, proibiu a circulação de veículos de carga na ponte nos horários de pico. Conseguimos, assim, reduzir os congestionamentos que aconteciam diariamente na ponte nos momentos de maior movimento.

Existe agora uma proposta da empresa Ponte S.A. – que administra a via – de impedir a circulação de caminhões pelo local. Os veículos de carga fariam a travessia até o outro lado da Baía através de barcas, como ocorria no passado.

Com essa medida, o tráfego na ponte melhoraria consideravelmente, mas precisamos ter cuidado para não criar outro problema: o congestionamento de caminhões nos centros do Rio e Niterói. Será necessário um estudo sério sobre este assunto antes da implantação da mudança proposta.

Para encerrar, cumprimento a empresa Ponte S.A., o DNER e a população do Estado do Rio de Janeiro pelos 25 anos de inauguração da Ponte Rio-Niterói. Que possamos continuar sempre buscando melhorias para o nosso Estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em artigo publicado no **Diário de Pernambuco**, edição de 21 último, sob o título "O Rio São Francisco e a Privatização da Chesf", o Prefeito do Recife, Roberto Magalhães, aborda com lucidez, coragem e patriotismo alguns aspectos fundamentais da questão; aspectos para os quais, segundo me parece, cabe-nos estar atentos, independentemente da região de onde procedemos e das linhas ideológicas políticas ou partidárias que adotemos em nossa função de representantes do povo brasileiro.

Ao solicitar a atenção dos Srs. Deputados para assunto de tamanha magnitude, devo, de início, registrar minha plena concordância com as colocações e advertências consubstanciadas naquele artigo a cujo autor sobejam qualidades de espírito público e experiência. Haja vista ter ocupado ele, como tam-

bém sucedeu comigo, o Governo de Pernambuco, além de ter sido nesta Casa, onde agora me encontro, um dos mais combativos e ilustres defensores dos interesses elevados da nacionalidade. Assim, ao proferir este pronunciamento de agora, como que adoto e reforço as idéias e ponderações explicitadas no artigo em pauta.

No atual processo de globalização da economia, os países do mundo inteiro como que alcançam o consenso quanto à imperiosidade de modernização e aperfeiçoamento da figura do Estado. Um dos itens norteadores dessa percepção tem sido o de que para a agilização e a eficiência da máquina estatal deve ser posta em prática uma racional e eficaz política de privatização. Na medida em que o poder público como um todo vai desonerando-se de seus tradicionais e não raro defasados instrumentos de gerenciamento e controle das atividades econômicas, as empresas privadas atuantes em cada país, sejam elas nacionais ou estrangeiras, internacionais, vão assumindo os espaços por ele antes exclusivamente ocupados.

Essa transferência de atribuições e responsabilidades, no novo contexto socioeconômico mundial, tem-se mostrado, no seu conjunto e numa visão sistêmica não apenas oportuna, senão também necessária e irreversível. Entretanto, para o atendimento dos objetivos pretendidos por ambas as esferas – a pública e a particular – devem ser levadas sempre em consideração as singularidades de cada caso, as especificidades de cada cenário, as linhas mestras de cada situação. Não se privatiza tão-somente por se privatizar. Não se esvazia o Estado, desvinculando-o dos seus campos, setores e múnus intransferíveis e inalienáveis. Pelo contrário: ao enxugá-lo, ao torná-lo mais dinâmico e operacional, busca-se fortalecê-lo, dotá-lo de meios eficientes e competentes para que ele cumpra o seu papel. E neste se incluem o de planejador, coordenador e monitorador de todo um espectro de ações e serviços que lhe dão sentido e lhe emprestam a nobre condição de depositário dos anseios, necessidades e demandas que se agitam no seio da sociedade que ele organiza e emoldura.

Dá que, embora consensual, o primado da privatização de órgãos, entidades e empresas que antes compunham o arcabouço estatal tem de ceder passagem, em determinados momentos às exceções, ressalvas e limitações que vão ao encontro daquele interesse. Em momentos assim, dadas realidades dessa natureza, a privatização deixa de ser a resposta para o processo modernizador.

É o que me parece ocorrer ao Chefe do Executivo ricifense, no caso da privatização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. A Chesf, assim como acontece com o rio do qual ela se originou, é um patrimônio do Nordeste e do Brasil.

O aproveitamento técnico-econômico desse recurso natural é parte integrante de uma longa história de sucesso, cujos alicerces foram fincados há mais de meio século. Desde então, o manancial sanfranciscano proporcionou a instalação, pela Chesf, de nada menos de oito usinas hidrelétricas, hoje responsáveis pela geração de quase 10 milhões de quilowatts, de um total de 10 milhões e 272 mil que englobam a potência instalada nas usinas da companhia. Essa geração de força é indispensável àquele imenso território. A despeito das alternativas que se abrem, nos tempos correntes, para o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos – alternativas de médio e longo prazos, vale dizer –, essa energia será hoje e sempre vital e insubstituível para o Nordeste e o País.

A pretendida privatização dessas oito usinas, prevista para o corrente ano, poderá pôr em risco tal patrimônio, por mais que seja cabível alegar que ele em nada seria prejudicado, podendo vir até mesmo a ganhar em eficiência. Esse tem sido o argumento básico e quase sempre válido para o processo de privatização em curso no planeta inteiro. Mas é aqui que se situa o fulcro da questão da excepcionalidade a que me referi no início deste pronunciamento. A Chesf é um caso excepcional. O São Francisco é um caso especial e, em situações desta ordem, recomenda-se, no mínimo, prudência, alerta e ponderação. Até porque os recursos financeiros advindos da transação, calculados entre 4 e 6 bilhões de reais, não justificariam a alienação.

Ademais, as águas do Velho Chico não se prestam exclusivamente à geração de energia, o que, aliás, já seria de exponencial relevância: seu uso é múltiplo e vital, inclusive à produção de alimentos, navegação, irrigação, controle de enchentes, abrandamento de secas, deslocamento de contingentes populacionais, preservação cultural. É de se indagar se mãos privadas, sem raízes regionais e nacionais, teriam a sensibilidade necessária ao manejo de riqueza tão plural e magicamente telúrica.

A privatização da Chesf, que suscita questionamentos amplos assim, pode ser fato consumado, como lamenta e reconhece o ex-Parlamentar Roberto Magalhães, que, no entanto, ressalva: não o é, porém, a privatização do Rio São Francisco.

Daí a importância de que nos engajemos na defesa de bem tão precioso, no momento em que vierem a ser discutidas as cláusulas contrárias do processo de transferência.

É o mínimo que nos compete fazer, sem distorções nacionalistas, estatizantes ou antiprivatistas, mas com espírito patriótico do qual não nos podemos nunca demitir.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente, na cidade goiana de Rio Verde, sua terra natal, faleceu o ex-Deputado Paulo Campos, que foi um dos mais altivos representantes de nosso povo na Câmara Federal. Filho de tradicional família, muito ligado às lutas populares, sempre à frente dos movimentos de reivindicação social e homem de talento firmado no culto às letras clássicas e jurídicas, ele foi um modelo de exemplar cidadania para o seu tempo, sobretudo para as modernas gerações.

Jovem ainda, egresso da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, alinhou-se em todas as campanhas pela reinstauração do regime democrático em nosso País. Foi um estudante de proclamada altivez cívica e durante a sua vida acadêmica esteve figurando ao lado dos que combatiam a ditadura estado-novista de Getúlio Vargas, seguindo a lição dos mestres ilustres que prontificavam na cátedra daquele santuário da liberdade em São Paulo.

Convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira, que batalhou nos campos da Itália para livrar o mundo do flagelo do nazi-fascismo, Paulo Campos se juntou aos pracinhas, fiel às convicções democráticas que abraçou no exercício continuando da sua vida pública. Como sargento da FEB participou de memoráveis confrontos nos Apeninos, certo de estar oferecendo a sua contribuição para tornar o mundo melhor, mais fraterno e mais justo.

De volta ao Brasil e, conseqüentemente, de regresso ao seu chão natal, Paulo Campos passou a militar na política estadual e a merecer a confiança de seus concidadãos, que o levaram a cargos de influência em Rio Verde, onde chegou a chefiar o Executivo Municipal. Prefeito de muitas realizações, preocupado com o social, atendendo às legítimas aspirações de classes desafortunadas, fez da sua administração um padrão de eficiência e dignidade no trato da coisa pública. Os humildes, os carentes de recursos, os pobres e os desassistidos foram por ele amparados e grande parte acolhida em moradias

condignas e próprias para serem habitadas por famílias de prole numerosas.

Eleito Deputado Federal, deu prosseguimento à luta em desfavor dos sistemas políticos autoritários e não hesitou em levantar a sua voz clamando pelo retorno do Brasil à legalidade constitucional. Seus discursos sempre se referiam a temas relacionados à evolução normal da vida democrática do País, debatendo em reuniões do Congresso Nacional tanto a política externa como a interna. Lembrava Paulo Campos em discurso aqui pronunciado que o "mundo é uma comunidade e tende a evoluir em termos de comunidade, por isso que não pode tornar-se um simples mercado de nações ricas que vão cada vez mais constituindo as suas riquezas à custa das nações menos ricas que padecem das agruras da luta pelo seu desenvolvimento."

Sua palavra era de crítica construtiva às nações desenvolvidas e industrializadas do mundo civilizado de nosso século XX, que olham as nações subdesenvolvidas simplesmente como mercados seus. Não sendo católico, pois espiritualista convicto, dizia que a Igreja, assentada na pedra do primeiro Papa, estava alcançando, na época atual, a sua fase áurea. Saudava, portanto, a doutrina social da Igreja moderna, "a sua coragem de idéias e, sobretudo, a sua capacidade de penetrar na inteligência e consciência das massas humildes". Os Anais da Câmara dos Deputados registraram esses seus conceitos sobre a conjuntura de então, muito semelhante à de hoje.

Afastado das lides partidárias em virtude de terem sido suspensos os seus direitos políticos, Paulo Campos voltou-se inteiramente para a atividade filantrópica, mostrando-se incansável na assistência humanitária aos desfavorecidos da sorte e liderando campanhas do mais alto sentido social. Assim, fundou o Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, o Instituto de Assistência a Menores, angariando também recursos suficientes a fim de edificar 340 casas para famílias carentes em Rio Verde. Suas atitudes em face dos problemas comuns da terra natal eram constantemente louvadas pelos concidadãos, que o consideravam um **vir bonus dicendi peritus**, isto é, um homem de bem que sabia falar, na qualificação de Quintiliano, em suas "Instituições Oratórias"

Advogado, Paulo Campos foi gigante na tribuna do júri popular, um orador eloqüente que articulava o discurso sem o academicismo da linguagem e a magia da palavra, pois suas

frases fluíam com extraordinária naturalidade, a saber, espontâneas, singelas, justas, com o poten-